



Uma Década Despertando – Edição Especial da Revista Despierta

## ANTICAPITALISMO OU LUTA CULTURAL PROGRESSISTA? UMA CRÍTICA A ERIC OLIN WRIGHT (2019)

Lisandro Braga\*

### Introdução

O propósito desse artigo é apresentar as ideias desenvolvidas por Eric Olin Wright (2012 e 2019), a episteme manifesta nelas, suas referências político-intelectuais inspiradoras (elementos do paradigma positivista, do paradigma reprodutivista, do pseudomarxismo, do paradigma subjetivista etc.), os interesses que suas ideias expressam e sua convergência cultural com os interesses (burgueses) do bloco progressista na contemporaneidade, ademais de analisa-las criticamente, a partir de uma perspectiva teórico-política revolucionária: a episteme marxista.

A ideia central que pretendemos desenvolver é a seguinte: a pré-condição para Eric Olin Wright (2012, 2019) “inovar” no suposto campo da estratégia socialista de transformação social, e até mesmo regressar ao socialismo pré-marxista, é a de ocultar o próprio Marx e toda sua elaboração e contribuição teórica (teoria da consciência, teoria da revolução social proletária, teoria das classes sociais, teoria do mais-valor e da dinâmica social capitalista etc.) dificultando assim, evidenciar que suas teses são, quando muito, pseudomarxistas e converge com os interesses do bloco progressista que passa, fundamentalmente, pelo fortalecimento da democracia burguesa, pela conquista do poder estatal (partidos de esquerda) através do sistema eleitoral para tornar regular o capitalismo neoliberal, mas com discurso neopopulista (igualdade, democracia, cidadania, solidariedade) e microreformismo estatal neoliberal (distribuição de renda básica, cooperativismo, empreendedorismo etc.).

---

\* Investigador do Núcleo de Estudos sobre Capitalismo e Contestação Social/NECCSO, professor de Teoria Marxista no Departamento de Sociologia e no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná/UFPR.

Nesse sentido, é pré-condição ocultar a perspectiva do proletariado e seu signo revolucionário: a autogestão social. Wright (2019), assim como tantos outros na contemporaneidade (HOLLOWAY, 2003; HARVEY, 2004), são casos exemplares dessa ocultação e deformação. Para isso recuperaremos o significado marxista de revolução social no capitalismo, bem como demonstraremos que esse foi ocultado e deformado ao longo do século XX, e segue tendo muitas contribuições para a reprodução dessa ocultação e deformação na contemporaneidade, inclusive na própria obra de Eric Olin Wright.

Essa prática da intelectualidade não pouco despropositada, visto que é realizada por intelectuais amplamente renomados, reconhecidos e propagandeados como um dos “marxistas contemporâneos mais dialéticos”, “um dos mais importantes sociólogo marxista”, tal como Wright é denominado por outro renomado intelectual progressista (BRAGA, 2021), em uma renomada revista alinhada ao bloco progressista (JACOBIN, 2021), cujo editor também compartilha da mesma perspectiva (SUNKARA, 2021), publicado em grandes editoras (capital comunicacional) progressistas (BOITEMPO, 2019) no fundo, representa uma luta cultural implementada por intelectuais e instituições historicamente vinculadas e pertencentes a esse bloco social, quer dizer, atuando em defesa dos seus interesses políticos, acadêmicos, econômicos, partidários etc. no capitalismo contemporâneo. Essa é a tese que sustentaremos nesse artigo.

### **Autoemancipação proletária e episteme marxista**

Embrionariamente o proletariado emerge na sociedade capitalista no seio da luta de classes entre burguesia e nobreza feudal, lutando ao lado da burguesia e sob sua hegemonia cultural. Contudo, muito cedo a luta proletária emerge espontaneamente, se autonomiza da hegemonia burguesa e começa a defender interesses essencialmente proletários, que chocam com os interesses não declarados da burguesia, que exige sistematizar a dominação burguesa sob o proletariado e outras classes sociais inferiores emergidas e desenvolvidas com o avanço do capitalismo.

A emergência da instituição policial e sua sistemática repressão ao proletariado e lumpemproletariado (classe marginal) no século XIX é uma demonstração de tais interesses burgueses. Especialmente a luta operária deve ser contida (o novo vento revolucionário) e a ameaça que os delitos, o vício e a presença massiva ‘do lumpemproletariado nos espaços urbanos e sua possível contestação social e aliança com o proletariado representa para a estabilidade social capitalista e isso exigiu a

institucionalização de um aparato repressivo policial etc. (MARX, 1987; NEOCLEOUS, 2010).

A dominação burguesa (luta de classes) se expressa também na emergência das instituições sociais burguesas (estado, polícia, partidos, sindicatos, universidade etc.), e das diversas classes sociais que as dirigem, tal como a burocracia e suas frações empresarial, estatal, policial, partidária, sindical, universitária, bem como a classe intelectual que contribuem com a dominação capitalista e, por isso são, classes auxiliares da burguesia e estão envolvidas na luta de classes, cumprindo um papel importante na determinação de sua dinâmica (VIANA, 2018).

A episteme marxista se desenvolve no meio desse bojo social, no qual o avanço e tendência radical do movimento operário chamava a atenção de diversos intelectuais da época, que buscavam romper com a perspectiva burguesa e, com tal rompimento, passavam a expressar a perspectiva política e intelectual do proletariado revolucionário. Esse foi o caso de Marx, Engels, e tantos outros que se envolveram e tentaram partir dessa perspectiva proletária para se posicionarem politicamente<sup>1</sup>.

O desenvolvimento histórico dessa episteme coincide com o desenvolvimento histórico da luta de classes no interior da sociedade capitalista, formando-se enquanto expressão teórico-política revolucionária do proletariado. Assim, a análise de Marx pôde perceber historicamente o desenvolvimento da luta operária e suas tendências, tal como a da criação de associações para lutarem por seus interesses, percebendo também que as experiências de luta são o terreno onde a consciência de classe avança na direção constituidora do proletariado como classe autodeterminada, entendendo que a afirmação dos seus interesses passa necessariamente pela destruição daquilo que possibilita a exploração burguesa, quer dizer, a relação-capital, bem como da associação burguesa (estado capitalista) que garante a regularidade da sociedade fundada nela.

---

<sup>1</sup> Vale lembrar aos incautos, que esse era o significado de partido político no século XIX, isto é, um grupo de indivíduos que se organizavam politicamente e tomavam partido diante da luta de classes que se desenvolvia entre burguesia e proletariado. No caso de Marx, a tomada de partido foi a do proletariado revolucionário. A palavra partido político no contexto discursivo e histórico da análise desse autor, nada mais aponta do que para essa compreensão, isto é, para a tomada de partido, seu posicionamento político diante da luta de classes e não uma organização burocrática (partido político), tal como instituída pela legislação burguesa das democracias representativas, a partir do final do século XIX e início do século XX, que visa substituir a luta de classes, por luta entre partidos. Ao contrário do que fazem crer, para convergir com seus interesses burocráticos, os sociais-democratas (e leninistas), Marx nunca fez defesa de um partido político, tal como esse passou a ser compreendido na democracia representativa burguesa, muito pelo contrário, o combateu ainda no ovo da serpente.

Logo, a negação das relações de produção e regularização capitalistas vem acompanhada da afirmação da associação proletária e de sua luta anticapitalista, que se expressou embrionariamente pela primeira vez, mas não única, na Comuna de Paris (1871), através da autogestão social (livre associação de produtores).

Portanto, um princípio fundamental do método dialético e da teoria marxista no século XIX, e válido ainda na contemporaneidade, concerne que a luta proletária é o fundamento da teoria da revolução social (anticapitalista) e da conseqüente abolição da propriedade privada, das classes sociais e do Estado, bem como da afirmação da autogestão social como uma sociedade verdadeiramente humana, tal como propagandeia o Movimento Autogestionário/Movaut<sup>2</sup> e outras publicações<sup>3</sup> marxistas (autogestionárias) contemporâneas.

A teoria marxista expressa não somente a dinâmica de produção e reprodução capitalista, mas também sua tendência ao desaparecimento, em razão da luta revolucionária do proletariado e da nova sociedade que, se apresentando como resultado da radicalização da luta de classes no capitalismo, se fundamenta em relações sociais verdadeiramente humanas a partir da autogestão social.

Encontramos a razão histórica da luta do proletariado na heterogestão do seu trabalho e da sua vida exercida pela dominação social burguesa, através de suas instituições. Sendo o propósito fundamental do capitalismo promover a acumulação de capital, isto é, lucro derivado da extração de mais-valor do trabalho operário, as relações de trabalho no interior da produção capitalista devem ser controladas pela burguesia, através da burocracia empresarial. Nesse sentido, impera o controle burguês sobre o trabalho do proletariado através da divisão social do trabalho e da heterogestão (controle) social, uma marca poderosíssima da dominação social burguesa, que tem no Estado (burocracia estatal) sua associação garantidora dessa heterogestão social.

O Estado capitalista é a forma de regularização das relações capitalistas fundamental, é através do seu controle, inclusive, que as demais formas de regularização das relações sociais capitalistas nascem e se instituem, portanto, como instituições burguesas (igreja, escola, empresa, universidade, partidos, sindicatos, cooperativas etc.) e tornam regular e controla, através dessa heterogestão, o trabalho de diversas outras classes sociais no capitalismo, bem como controla sua classe marginal (lumpemproletariado) etc..

---

<sup>2</sup> Ver: <https://movaut.com.br/>

<sup>3</sup> Ver: <https://redelp.net/index.php/renf> e <https://redelp.net/index.php/rma>

O marxismo apreendeu do movimento histórico real as distintas fases (lutas espontâneas, lutas autônomas e lutas autogestionárias), pelas quais a luta do proletariado percorreu, abstraiu de sua “organização como classe” uma tendência à auto-organização e, por conseguinte, à autoemancipação proletária:

o fundamental aqui é que Marx pensa no proletariado se tornando classe autodeterminada, criando sua associação e depois generalizando esta, abolindo as classes e o Estado capitalista. Em síntese, a emancipação dos trabalhadores, segundo Marx, é obra dos próprios trabalhadores em sua luta contra o capitalismo, tal como ele escreveu nos estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores. A associação política do proletariado – através das lutas, greves, auto-organização, desenvolvimento da consciência – seria para Marx, produto da luta proletária em combate com a burguesia [...] a revolução proletária é produto desse processo de autonomização (ou passagem para classe autodeterminada) do proletariado (VIANA, 2017, p. 242-243).

Sendo a revolução proletária resultado da auto-organização dessa classe na luta contra a burguesia, onde se encontra o papel dos comunistas (militantes, intelectuais revolucionários etc.) nesse processo revolucionário, visto que, muitos desses não são operários? Apesar de Marx não realizar uma discussão aprofundada dessa questão, a mesma não passou despercebida. Em *O manifesto comunista* (1987) ele já a levantava da seguinte maneira: “Qual a posição dos comunistas diante dos proletários em geral?” (p. 88).

Marx, ao contrário dos pseudomarxistas, não realiza uma defesa da necessidade de uma organização (partido político) que dirija o proletariado, pois sua perspectiva, apesar de reconhecer nos comunistas a parte mais determinada do movimento revolucionário do proletariado, aponta para o reconhecimento da coincidência dos seus objetivos com os objetivos do movimento e da sua importante contribuição no desenvolvimento de sua luta revolucionária, pois

as concepções teóricas dos comunistas não se baseiam, de modo algum, em ideias ou princípios inventados ou descobertos por tal ou qual reformador do mundo. São apenas a expressão geral das condições reais de uma luta de classes existente, de um movimento histórico que se desenvolve sob os nossos olhos. A abolição das relações de propriedade que têm existido até hoje não é uma característica peculiar e exclusiva do comunismo. Todas as relações de propriedade têm passado por modificações constantes em consequência das contínuas transformações das condições históricas. A Revolução Francesa, por exemplo, aboliu a propriedade feudal em proveito da propriedade burguesa. O que caracteriza o comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa [...] Nesse sentido, os comunistas podem resumir sua teoria nesta fórmula única: abolição da propriedade privada (MARX e ENGELS, 1987, p. 88-89).

Em vista disso, o anticapitalismo (comunismo) realmente existente nas experiências históricas inacabadas do século XIX (Comuna de Paris – 1871), no século XX (Revolução Russa/1905 e fev./1917, Revolução Alemã/1918, a experiência

revolucionário do Maio de 1968 francês, A Revolução Portuguesa/1974) e no esboço de sua potencialidade no século XXI (Argentinazo/2001, Comuna de Oaxaca, México/2006 etc.) representa uma real possibilidade de mudança radical e completa de uma forma de sociedade (modo de produção e formas de regularização sociais) para outra.

Na teoria marxista o comunismo é entendido como um “movimento real” e não um conjunto de planos ideais a serem colocados em prática na organização da nova sociedade. As condições históricas concretas engendradas pelo modo de produção capitalista possibilitam as condições de possibilidade e concretização do comunismo, especialmente o desenvolvimento do proletariado: a classe revolucionária do capitalismo (MARX e ENGELS, 1984).

O próprio termo comunismo é ressignificado para expressar esse movimento revolucionário real, em substituição às especulações socialistas utópicas e social-democratas dos intelectuais reformistas que, no fundo, recusa “toda ação política e, sobretudo, toda ação revolucionária, procuram atingir seu fim por meios pacíficos e tentam abrir um caminho ao novo evangelho social pela força do exemplo” (MARX e ENGELS, 1987, p. 105-106).

As diversas experiências históricas das revoluções proletárias inacabadas na Europa apontam que é na luta contra a burguesia que o proletariado fez avançar sua consciência, pois, ao negar o capital, se vê coagido a afirmar a autogestão social e ao afirmar essa fortalece a negação do capital. Por isto, ao enfrentar a burguesia na luta contra a exploração do trabalho e a própria dominação burguesa, é que o proletariado se vê coagido a construir outras relações sociais no interior das fábricas, fundadas na sua autogestão. E, até o momento, a tendência histórica é que, ao fazer avançar essa luta e forma organizacional para além dos muros das fábricas, cria-se concretamente a possibilidade da autogestão social (comunismo) como uma nova forma de sociedade radicalmente distinta.

Por essa razão o proletariado é, enquanto houver sociedade capitalista, a classe revolucionária dessa sociedade e, por conseguinte, é de sua luta revolucionária que vem a possibilidade concreta de uma luta contra o capital (anticapitalismo concreto). Somente quem produz capital pode comprometer sua produção. Isso não quer dizer que outros indivíduos de outras classes e grupos sociais não possam contribuir com a luta anticapitalista, pelo contrário, todo indivíduo que deseja contribuir com a revolução social no século XXI, deve colaborar com o desenvolvimento da luta revolucionária, desde que consciente que para isso é necessário partir da perspectiva revolucionária do proletariado.

A Comuna de Paris, em 1871, foi a primeira manifestação concreta da revolução proletária no capitalismo e, portanto, somente após essa experiência é que se tornou possível um maior vislumbre racional e teórico sobre o significado da revolução social no capitalismo. Por essa razão, a experiência comunal parisiense exerceu grande impacto na episteme marxista, pois demonstrava concretamente o fundamento da nova sociedade, a “chave da revolução proletária, a forma finalmente descoberta da autoemancipação proletária” (MARX, 1986; VIANA, 2017).

Uma compreensão teórica importante consolidou-se no marxismo com essa experiência revolucionária (embrionária) do proletariado, pois com ela a luta anti-capitalista revelou ser, concomitantemente, uma luta anti-estatal, já que

essa foi, portanto, uma revolução não contra esta ou aquela forma de poder do Estado, legítima, constitucional, republicana ou imperialista. *Essa foi uma revolução contra o próprio Estado, esse aborto sobrenatural da sociedade, uma retomada pelo povo para o povo de sua própria vida social. Essa não foi uma revolução para transferi-la de uma fração das classes governantes para a outra, mas uma revolução para derrubar a maquinaria horrenda da própria dominação de classe* (MARX apud POGREBINSCHI, 2009, p. 163).

Além desse aspecto anti-estatal, a Comuna de Paris possibilitou a percepção da forma pela qual a luta revolucionária do proletariado engendra o comunismo, isto é, através de uma forma nova de (auto) organização social, através da autogestão generalizada. O avanço teórico de Marx e do marxismo após essa experiência revolucionária, aponta para a ênfase na necessidade da abolição do Estado enquanto forma social da dominação burguesa, não apropriada para os fins revolucionários do proletariado, que atinge com sua autoemancipação, a emancipação de toda a humanidade, visto que

nesse caso, haveria a superação da alienação e o reencontro entre o ser humano e a sua essência, podendo desenvolver o conjunto de potencialidades e necessidades humanas, abandonar a especialização e possuir um desenvolvimento onilateral, isto é, de todas as suas potencialidades. O trabalho deixaria de ser alienado e voltaria a ser objetivação, realização do ser humano em suas obras. Assim, há o estabelecimento de relações sociais igualitárias numa sociedade fundada na livre associação dos seres humanos, no qual “o desenvolvimento de cada um é condição do livre desenvolvimento de todos”, segundo expressão de Marx no *Manifesto Comunista*. Assim, a abolição da divisão social do trabalho, da alienação, da exploração e dominação permite emergir o ser humano onilateral. Essa concepção já estava exposta desde o seu livro *A ideologia alemã* (VIANA, 2017, p. 271).

Contudo, em decorrência da derrota operária na Comuna de Paris e do refluxo das lutas revolucionárias, da repressão aos socialistas (lei dos socialistas), bem como da emergência do sistema eleitoral, dos partidos políticos, da institucionalização da social-democracia, da própria luta cultural burguesa e outras determinações sociais históricas, a

perspectiva do proletariado sofreu um retrocesso momentâneo, e outras perspectivas políticas emergiram, tal como a da burocracia partidária social-democrata e os interesses que elas expressam, mas buscaram ocultá-los a partir do discurso da representatividade.

Nasce aqui a política substitucionista da social-democracia europeia, que substituiu a luta de classes entre burguesia e proletariado pela disputa entre partidos, visando garantir a reprodução da sociedade capitalista com a promoção de reformas sociais. Esse é o sentido do “socialismo” social-democrata de ontem e do suposto “socialismo democrático” de hoje (WRIGHT, 2019), que não passa de uma perspectiva conservadora progressista burguesa, fundada no mais completo abandono da perspectiva revolucionária do proletariado e sua expressão teórica: o marxismo.

Porém, a social-democracia se apresentava, através de seus principais ideólogos (Bernstein, Kautsky, Lênin etc.), como herdeira e porta-voz legítima do marxismo, o que gerou todo tipo de má-interpretação, simplificação e deformação da teoria social de Karl Marx, camuflada pela oferta de uma suposta revisão necessária (para quem, deveríamos nos perguntar) do marxismo.

Ainda hoje impressiona o fato de o “marxismo” mais conhecido, divulgado e defendido, especialmente nas universidades, nos sindicatos e nos partidos políticos de esquerda, ser o pseudomarxismo. Nessas instituições burguesas, hegemonicamente o espantinho (pseudomarxismo) é confundido com o agricultor (marxismo)<sup>4</sup>.

### **A emergência do pseudomarxismo**

Para compreender a emergência do pseudomarxismo é necessário, antes de mais nada, demonstrar a origem de sua “atmosfera intelectual”, de sua fonte inspiradora, digo, a episteme burguesa e seu paradigma hegemônico no século XIX: o positivismo. A instituição de uma episteme (modo de pensar complexo) burguesa é parte do processo de constituição da dominação social capitalista, visto que equivale a um processo mental subjacente, um modo de formação das ideias que, geralmente, é inconsciente para o próprio pensador (VIANA, 2018).

---

<sup>4</sup> “O ensino do marxismo nas universidades e a formação de um pseudomarxismo acadêmico é outra fonte de deformação e criação de interpretações e ideologias pseudomarxistas. O pseudomarxismo acadêmico mostra sob forma muito mais evidente a forte influência da episteme burguesa e paradigma hegemônico. Basta ver o ecletismo, a especialização, a moderação etc. que acompanha os pseudomarxistas acadêmicos, reprodutores não só de concepções hegemônicas mescladas com uma compreensão pobre de marxismo, mas também em suas ações e decisões nas instituições e meios intelectuais que participam” (VIANA, 2018, p. 136).

Em sua forma elementar o saber complexo apareceu na sociedade escravista com a filosofia e na sociedade feudal com a teologia católica. No capitalismo, a episteme (saber complexo, noosférico) burguesa é mais desenvolvida e aparece na forma do *conhecimento científico moderno*, que se torna hegemônico e se renova de acordo com as sucessões dos regimes de acumulação capitalista. Portanto, a cada regime de acumulação há uma renovação epistêmica que se torna hegemônica (dominação cultural), pois é adequada aos desígnios do regime de acumulação que lhe determina, já que

a cada época da sociedade capitalista, emergem necessidades da acumulação de capital e tarefas políticas que a burguesia deve cumprir para manter sua dominação. É por isso que ela efetiva as renovações hegemônicas. A cada regime de acumulação ocorre uma renovação hegemônica, que rearticula e reconfigura a hegemonia burguesa, a partir das novas necessidades do capital. Ela, uma vez existindo, reproduz e reforça as relações sociais que a geraram” (VIANA, 2019, p. 12).

Assim como a sociedade capitalista não emergiu “da noite para o dia”, pois precisou de um extenso processo histórico de constituição (três séculos), a episteme burguesa também não nasce pronta, uma vez que sua consolidação dependeu da consolidação da própria sociedade capitalista. Sua primeira fase de constituição foi elementar, porém, com a sucessão do regime de acumulação extensivo para o regime de acumulação intensivo a episteme burguesa ganha corpo e adquire uma forma mais desenvolvida.

Nesse mesmo regime de acumulação, emerge também o movimento revolucionário do proletariado e, por conseguinte, a constituição da episteme marxista. A existência dessa pressionará a burguesia a sistematizar uma política cultural antagônica à radicalização política dessa classe social e à episteme que a expressava teoricamente. Não gratuitamente, a maior obsessão da Sociologia (ideologia burguesa), tanto da clássica que nascia, quanto da contemporânea, foi e é a de promover uma desqualificação da suposta teoria marxista, suposta pois a academia mal conhece a produção teórica de Karl Marx, quando muito, o criticam através da leitura de suas caricaturas ideológicas pseudomarxistas ou de supostos críticos e seus mantras psittaciformes<sup>5</sup>.

A episteme burguesa veio se constituindo historicamente, desde a emergência da classe burguesa no século XVI (Renascimento), e consolidou seu primeiro paradigma nos fins do século XIX, com o desenvolvimento do positivismo. Apesar de suas bases serem oferecidas pelo iluminismo e pelo romantismo nas discussões mais abstratas, sua

---

<sup>5</sup> Conjunto de aves que compreende as espécies de papagaio, arara, calopsita, maritaca etc., muito conhecidas por terem a capacidade de repetirem o que escutam frequentemente.

grande fonte inspiradora para o plano concreto foram as Ciências Naturais que, a partir de então, ganha grande credibilidade, status de conhecimento científico, reconhecimento intelectual, respeitabilidade, valores, interesses e disputas próprias da esfera científica (VIANA, 2019).

O positivismo hegemônico nas Ciências Naturais torna-se o “espírito da época” com seus campos mentais, axiomáticos, linguísticos, analíticos e seu modo subjacente de pensar próprio, que se propagandeará por um determinado tempo na sociedade capitalista. Para esse paradigma, o que conta é a ideia de positividade enquanto um saber científico objetivo (objetividade) e neutro (neutralidade) diante da realidade a ser investigada.

A partir do positivismo emergirá diversas novas ciências, tal como as Ciências Humanas no século XIX, que estabelecerá, em sua versão original e sociológica (Comte e Durkheim) uma unidade metodológica entre Ciências Naturais e Ciências Humanas. A força hegemônica do paradigma positivista, no regime de acumulação intensivo, não poupou nem mesmo aqueles intelectuais que passavam a se autointitular “marxistas”.

A ideologia pseudomarxista foi inicialmente sistematizada por Karl Kautsky (1854-1938), contudo o que um estudo pormenorizado da sua biografia, dos seus vínculos políticos (social-democracia), das suas influências intelectuais (Darwin, Henry T. Buckle, Andrew Lang, Engels - todos positivistas), das suas próprias reflexões e confissões apontam para uma constatação indubitável: Kautsky nunca foi marxista (MATHIAS, 1988; PROCACCI, 1988).

O contato inicial e principal de Kautsky com o “marxismo” se dá mediado por uma leitura mais comprometida da obra *Anti-Dühring* de Engels (MATTICK, 1988), apesar de ter iniciado sem concluir uma leitura rápida de *O capital* (volume 1) em 1875, e com uma forte influência do positivismo (cientificismo) em suas concepções intelectuais, influência essa que já estava presente em Engels<sup>6</sup> (1979), com quem mantinha, no final da década de 1890, estreito contato e colaboração intelectual. Assim,

o leitmotiv de *Aumento populacional* (tradução nossa do título de sua obra sobre a questão populacional no socialismo, de 1878), de fato é o respeito por uma *Wissenschaft* (Ciência) de nítido sabor positivista, segura de poder reduzir a uma clareza absoluta as leis da história e do desenvolvimento social, assim como fizera com as leis que regulam a vida natural (PROCCACI, 1988, p. 84 – parênteses nossos).

---

<sup>6</sup> Tragicamente Engels foi, após a morte de Marx, o primeiro pseudomarxista existente. Em sua obra *A dialética da natureza* (1979) encontra-se uma forte inclinação cientificista, típica do paradigma positivista hegemônico à época, segundo à qual: “as leis dialéticas são leis reais de desenvolvimento da Natureza e, por conseguinte, válidas no que diz respeito à teoria das ciências naturais” (ENGELS, 1979, p. 34-35).

Nos anos 1870, Kautsky foi influenciado categoricamente por Darwin e sua teoria da história representou a tentativa de aplicar o darwinismo na igual compreensão do desenvolvimento (evolucionista) da sociedade, tal como aparece em sua obra *Esboço de uma história do desenvolvimento da humanidade*. Tal influência ainda pode ser percebida em obras, desenvolvidas mais de três décadas depois, como em *A concepção materialista da história* (1927), que apresenta uma concepção metafísica naturalista de desenvolvimento social compreendida enquanto uma lei geral

a qual estão submetidos tanto o desenvolvimento do homem, como o desenvolvimento do animal e da planta'. Em que pese todas as modificações nos aspectos particulares, permanece num plano dominante a síntese de fé iluminista no progresso e de darwinismo social [...] a interpretação estritamente evolucionista do marxismo própria de Kautsky esteve desde o princípio indissolúvelmente ligada ao modo de operar e ao comportamento tático dos partidos operários em ascensão no período da II Internacional (MATHIAS, 1988, p. 37).

É importante frisar que o pseudomarxismo expresso na produção ideológica de Kautsky, não é exatamente uma invenção desse, pois tal ideologia já existia anteriormente. Sem sombra de dúvida Kautsky foi quem chegou a melhor sistematizá-la em uma diversidade de produções ideológicas, entretanto, elementos do pseudomarxismo já se faziam presentes à época do próprio Marx que, por diversas vezes, rebateu as interpretações pré-marxistas de seus maus-leitores e supostos seguidores, chegando até mesmo a afirmar “se isso é marxismo, eu não sou marxista”.

Em um texto intitulado *O manifesto dos três de Zurique*<sup>7</sup> (2014), Marx demonstra que a postura política de setores burgueses no interior do movimento democrático de 1848, agora (1879) convergia para a luta social-democrata que, como já adiantamos, será legitimada pela ideologia substitucionista da perspectiva revolucionária do proletariado pela disputa eleitoral moderada e legalizada da burocracia partidária em vias de formação.

A preocupação demonstrada por Marx (2014) nesse manifesto revela os riscos que o movimento operário revolucionário corria e corre ao absorver em suas fileiras, indivíduos oriundos de outras classes, sem um verdadeiro processo de rompimento com seus valores, sentimentos e preconceitos classistas e acadêmicos, sem o domínio teórico mínimo e, o que é fundamental, sem a compreensão da perspectiva do proletariado.

Especialmente após o processo autogestionário esboçado pela Comuna de Paris (1871), declaradamente apoiado por Marx que, em vista disso, passara a receber diversas críticas que engrossavam o “ódio da burguesia (amedrontada) contra o marxismo”, tal

---

<sup>7</sup> Trata-se de um texto redigido por Marx, analisando criticamente o *Manifesto dos Três de Zurique*, um manifesto de militantes do Partido Social-democrata alemão em 1879, que apontava a direção a ser adotada pela social-democracia, quer dizer pelos socialistas: o reformismo burguês.

como as críticas que vinham dos social-democratas que, para se manterem na sociedade capitalista, têm a necessidade de manear o “marxismo”, através do pseudomarxismo e sua prática reformista. Depois da lei de exceção contra os socialistas na Alemanha (21/10/1878), a palavra de ordem da social-democracia passou a ser: nada de revolução, “tomaremos o caminho da legalidade, isto é, da reforma” (*Manifesto dos Três de Zurique*).

O alerta de Marx era direcionado, na ocasião, a três militantes do Partido Social-democrata alemão (Karl Hochberg, Karl Schramm e Eduard Bernstein) em 1879, em razão do manifesto escrito pelos mesmos (os três de Zurique), que indicava o futuro caminho a ser trilhado pelos socialistas (social-democratas), qual seja, a defesa da incapacidade do proletariado se auto-libertar através da revolução proletária, e, por isso, tal classe deveria seguir seus líderes cultos e socialistas (quase iluminados), capazes de lhes apontarem o verdadeiro caminho da libertação: a reforma social.

Por essa razão, Marx, partindo da perspectiva do proletariado, se apressa em afirmar peremptoriamente:

no que nos diz respeito, com todo o nosso passado, só nos resta um caminho a seguir. Há quase 40 anos colocamos em primeiro plano a luta de classes como o motor da história e, especialmente, a luta de classes entre burguesia e proletariado, como a grande alavanca da revolução social moderna. É-nos impossível, portanto, caminharmos juntos com pessoas que querem suprimir esta luta de classes do movimento. Quando fundamos a Internacional e formulamos em termos claros seu grito de guerra: “a libertação da classe operária será obra da própria classe operária”. Não podemos evidentemente caminhar com pessoas que declaram aos quatro cantos que os operários são muito pouco instruídos para poder emancipar a si mesmos, e que só a partir de cima eles podem ser libertados, pelas cúpulas, pelos filantropos burgueses e pequeno-burgueses. Se o novo órgão do partido toma uma atitude que corresponda às ideias destes senhores, se essa orientação é burguesa e não proletária, não nos restará mais nada a fazer, por mais lamentável que seja, do que declarar abertamente nossa oposição e romper a solidariedade da qual demos prova até agora, na qualidade de representantes do partido alemão no exterior (MARX, 2014, p. 229).

O aprofundamento no conhecimento da episteme marxista poderia ter levado diversos intelectuais a romperem com a episteme burguesa e com o pseudomarxismo que dela deriva, o problema é que a pré-condição para isso, passa por partir da perspectiva do proletariado, mas, não é o que ocorre, pelo contrário, a partir do pseudomarxismo produziu-se uma ideologia que é expressão dos interesses de outra classe social, a burocracia, em sua fração partidária social-democrata e bolchevique (versão radicalizada da social-democracia), em síntese, progressista. Eis aqui *la raison d'être* da ideologia pseudomarxista.

Diversas foram as determinações da emergência do pseudomarxismo: o expressivo desconhecimento da dialética hegeliana da grande maioria dos social-democratas, o próprio Kautsky (suposto grande nome da ortodoxia marxista na Alemanha) a desconhecia, a enorme incompreensão das obras e da dialética de Marx, inclusive a não divulgação de algumas obras fundamentais para a constituição do materialismo histórico dialético à época, tal como *A ideologia alemã*, que só foi publicada em 1932, contribuiu com esse processo, a forte influência da episteme burguesa e do seu progressismo (evolucionismo, darwinismo, kantismo, liberalismo etc.) nas esferas intelectuais, o que provocava toda miscelânea de materialismo burguês (iluminismo, positivismo) etc. (VIANA, 2018, 2019).

Não obstante, a determinação fundamental do pseudomarxismo é a luta de classes e a dinâmica da política institucional no capitalismo. A fundação do Partido Social-democrata Alemão (1875) ocasionou um conjunto de interesses institucionais vinculados à sua classe dirigente partidária: a burocracia social-democrata. Essa fração da classe burocrática, nasce com a instituição da democracia partidária, no regime de acumulação intensivo (VIANA, 2003, 2009; BRAGA, 2016).

Se, por um lado, a teoria marxista é expressão teórica do movimento operário revolucionário (KORSCH, 2008), que anuncia que “a libertação da classe operária será obra da própria classe operária”, que a consciência revolucionária nada mais é que “a consciência da classe revolucionária” da sociedade capitalista (MARX e ENGELS, 1984) que, através de um processo revolucionário (verdadeira guerra civil) abolidor do capital, por conseguinte, do Estado capitalista, afirma a autogestão social.

Por outro lado, a social-democracia nasce da derrota do proletariado revolucionário no final do século XIX e do amortecimento da luta de classes mediante a institucionalização (burocratização) das disputas políticas eleitorais, essa camisa de força da dominação burguesa que, através do controle burocrático, busca substituir a luta de classes pela luta entre partidos, via disputas eleitorais democráticas.

A instituição da democracia partidária em si representa uma derrota para a ação autônoma do proletariado, ela se apresenta como uma substituta definitiva da ação revolucionária; em troca, a classe operária deveria se contentar com as ilusões burguesas (democracia, eleições, voto, representatividade partidária, cidadania etc.) e protelar, para um futuro bem distante, a possibilidade de uma sociedade verdadeiramente humana, pois, “aquilo que a sociedade capitalista concede, ao proletariado e outras classes inferiores,

com a mão esquerda, ela sempre lhe retira, sutilmente, com a mão direita”, como condição *sine qua non* de sua reprodução social.

Em sua vertente radicalizada (bolchevismo), a social-democracia russa possuiu suas singularidades, sem embargo, sua essência é a mesma: promover uma política substitucionista do proletariado revolucionário pela burocracia partidária bolchevique, apresentada como a vanguarda do proletariado revolucionário (LENIN, 1978).

Lenin mesclará a ideologia social-democrata, inclusive plagiando título e trechos inteiros (LENIN, 1980) da obra de Kautsky (1985), que já continha influências positivistas, com algumas particularidades russas, tal como a necessidade de um golpe de estado para derrubar o czarismo, mas não superando elementos da cultura czarista, da qual ele esteve sob sua hegemonia, como pôde ser percebido na ditadura do partido sob o proletariado etc. Essa ideologia se fundamenta na tese, segundo a qual,

os operários [...] não podiam ter ainda a consciência social-democrata. Esta só podia chegar até ele a partir de fora. A história de todos os países atesta que, pelas próprias forças, a classe operária não pode chegar senão à consciência sindical, isto é, à convicção de que é preciso unir-se em sindicatos, conduzir a luta contra os patrões, exigir o governo essas ou aquelas leis necessárias aos operários etc. Quanto à doutrina socialista, nasceu das teorias filosóficas, históricas, econômicas, elaboradas por representantes instruídos das classes proprietárias, pelos intelectuais. Os fundadores do socialismo científico contemporâneo, Marx e Engels, pertenciam eles próprios, pela sua situação social, aos intelectuais burgueses. Da mesma forma na Rússia, a doutrina teórica da social-democracia surgiu de maneira completamente independente do crescimento espontâneo do movimento operário: foi o resultado natural e inevitável do desenvolvimento do pensamento entre os intelectuais revolucionários socialistas. (LENIN, 1978, p. 24-25).

Dessa forma, Lenin desenvolveu sua, não tão particular, ideologia substitucionista do proletariado pela burocracia partidária bolchevique (ideologia da vanguarda revolucionária). A ideologia leninista e o regime de acumulação estatal instalado na Rússia pelos bolcheviques, demonstra seus interesses burocráticos, pois o que ocorreu foi a substituição do “czarismo pelo capitalismo de estado” (TRAGTENBERG, 2007) e, a partir daí, gerido pela burocracia social-democrata bolchevique.

Esse regime de acumulação obtinha da ideologia leninista sua fonte legitimadora de uma experiência contrarrevolucionária burocrática que, tendo que barrar a luta revolucionária do proletariado, tomou de assalto o poder estatal e consolidou o capitalismo estatal russo, que dera origem, a partir da alta burocracia bolchevique, a uma espécie de burguesia-burocrática, que exerce a função de explorar o proletariado, coordenar a produção de capital, mas também exercer o controle social total (VIANA, 2019).

O pseudomarxismo (social-democrata e bolchevique) resulta de uma miscelânea eclética de elementos da episteme burguesa, com elementos isolados e deformados da teoria marxista, pois interpretados ao abrigo da hegemonia dos paradigmas burgueses que, ao, supostamente, ofertar um desenvolvimento e um revisionismo da teoria marxista, acaba por gerar e publicizar a ideologia pseudomarxista.

Essa ideologia, da mesma forma que outras ideologias burguesas, tornou-se hegemônica, visto que contou com a contribuição das instituições burguesas (universidades, governos, partidos políticos, sindicatos etc.) para traduzir, segundo seus interesses, as obras de Marx, bem como produzir em suas editoras uma diversidade de ideologias pseudomarxistas, travestidas da mais “pura teoria revolucionária marxista”, meios capazes de difundi-las pelo mundo, formar quadros partidários, sindicais e intelectuais que, posteriormente, formarão a juventude nos marcos do pseudomarxismo nas escolas de formação partidária etc. (VIANA, 2018, 2019).

Outra grande contribuição para a difusão do pseudomarxismo social-democrata e para a criação de outras ideologias pseudomarxistas (pseudomarxismo estruturalista, pseudomarxismo gramsciano, pseudomarxismo analítico, pseudomarxismo subjetivista etc.) foi fornecida pelo ensino do “marxismo” nas universidades, nos grupos de estudos, nos cursos de formação, nas disciplinas acadêmicas, nos eventos pseudomarxistas e assim por diante. Assim, nascia e se difundia amplamente mais uma ideologia: o pseudomarxismo acadêmico.

### **Sociologia e pseudomarxismo acadêmico**

Como toda ciência, a Sociologia é detentora de um saber complexo, sistemático, metódico e empírico, cuja pretensão, ao menos discursiva, é ser objetivo e neutro diante da realidade empírica, isto é, do mundo das aparências, das superficialidades das relações sociais. Enquanto uma “ciência particular” ela é detentora de um objeto e método próprio de investigação/pesquisa, isto é, existem um conjunto de fenômenos particulares que supostamente possui nela a metodologia mais apropriada para sua compreensão (DURKHEIM, 1978; WEBER, 2003).

A sociedade capitalista é o objeto de investigação da ciência sociológica e se caracteriza como sendo constituída por um conjunto de relações sociais, existentes em determinado período histórico (século XIX – XXI), em determinado território e com algumas particularidades, por exemplo a sociedade capitalista argentina contemporânea (1990- atualidade).

Mesmo quando os sociólogos clássicos e outros estudaram algumas sociedades pré-capitalistas (Durkheim, Weber, Elias etc.), foi buscando explicações para a emergência e desenvolvimento das relações sociais particularmente capitalistas, pois buscavam a constituição de elementos capazes de contribuir com o entendimento da sociedade moderna, desde seu processo de constituição histórica, até a tentativa de encontrar elementos dessas sociedades que pudessem ser generalizados para a sociedade capitalista. Com seu desenvolvimento científico passou a dedicar-se ao estudo da sociedade capitalista, especialmente a contemporânea, gerando uma série de subdivisões que se apresentam na forma de “subdisciplinas”, as chamadas “sociologias especiais” e, ainda, as subdivisões no interior dessas (VIANA, 2006).

Em síntese, a Sociologia foi determinada pelo processo de constituição da sociedade capitalista moderna, por seus processos revolucionários (revoluções burguesas, revolução industrial), suas mutações culturais, seu desenvolvimento científico (ciências naturais, o positivismo, a sociologia, a ciência política etc.), sua necessidade de impor a disciplina fabril ao proletariado e ao lumpemproletariado, de combater suas lutas e tendências autogestionárias, a necessidade de recusar sua perspectiva política e teórica (o marxismo), pela institucionalização (racionalização e burocratização) da produção do saber complexo a partir da emergência das universidades, o processo de mercantilização na esfera intelectual e outras tantas determinações sociais.

O que importa para os fins desse trabalho é reconhecer que a Sociologia, enquanto uma ciência, é uma ideologia (falsa consciência da realidade). Essa é uma compreensão básica para a episteme marxista (as ideias dominantes como ideias da classe dominante), que se apresenta como uma episteme antagônica à episteme burguesa, constituidora da ciência sociológica. A constituição dessas epistemes, nada mais revelam que a constituição de duas classes fundamentais antagônicas da sociedade capitalista, seus interesses e, respectivamente, suas formas igualmente inconciliáveis de pensar a mesma sociedade (burguesia/sociologia vs proletariado/marxismo), compondo, desse modo, a totalidade concreta do processo histórico capitalista.

Para se constituir, a episteme necessita de um fundamento que é fornecido por certa mentalidade, geradora de um certo campo linguístico (léxico e semântica), um campo axiomático (valores), um campo analítico e um campo perceptivo, assumindo a forma de paradigmas (positivista, vanguardista, organicista, reprodutivista, subjetivista etc.) ocasionadores de determinadas formas sociais de pensamento, representações,

doutrinas, crenças etc., que equivalem a um meio de promoção cultural determinante do conteúdo e do resultado do pensamento (VIANA, 2018, 2019; VASCO, 2020).

A mentalidade consiste no conteúdo que é manifestado pela episteme que lhe dá forma, logo a mentalidade burguesa (valores, sentimentos, concepções) é introjetada pela sociabilidade burguesa, a partir dos interesses da classe burguesa dominante, que são os interesses dominantes na sociedade capitalista. Conseqüentemente,

o modo de pensar burguês, corresponde aos interesses da classe capitalista e, por conseguinte, reproduz e reforça a mentalidade burguesa e a sociabilidade capitalista. Ela é uma das formas sociais de reprodução do capitalismo. A episteme burguesa, uma vez existindo, se cristaliza, se generaliza, se autonomiza. Ao invés de ser mero derivado, passa a ser elemento ativo e reprodutor do mundo realmente existente, ou seja, da sociedade capitalista. Através do modo de pensar burguês não é possível romper com a sociedade capitalista (VIANA, 2018, p. 20).

A Sociologia, como uma forma particular de manifestação da episteme burguesa, tem seu campo analítico sublinhado por três elementos constitutivos fundamentais: o anistorismo, o antinomismo e o reducionismo. Esses elementos apontam para uma característica fundacional dessa episteme, que é ser portadora de um limite intransponível da consciência burguesa, porque partindo da perspectiva burguesa dominante não é possível reconhecer a historicidade da sociedade capitalista, não sob pena de reconhecer sua possibilidade de extinção (historicidade), o que equivaleria a reconhecer a possibilidade de superação da própria classe burguesa, portanto, a Sociologia possui uma concepção fetichista/coisificadora da sociedade capitalista, esse é seu máximo de consciência burguesa possível (GOLDMANN, 1986).

Por essa razão sua episteme é sublinhada pela recusa da história (transformação), recusa do antagonismo, recusa da totalidade e recusa da radicalidade, demonstrando, assim, seu interesse classista em evitar a revolução proletária, assim como a percepção da sua possibilidade concreta, através da episteme marxista que é marginalizada, deformada e simplificada nas universidades e outras instituições burguesas (VIANA, 2018; VASCO, 2020).

É a partir desse desenvolvimento teórico e da episteme marxista, que buscaremos analisar a episteme burguesa manifesta nas análises de Eric Olin Wright, especialmente em sua obra *Como ser anti-capitalista no século XXI?* (2019). Demonstraremos que Wright lança mão dos elementos da episteme burguesa, através de um ecletismo paradigmático e evidenciar o papel que sua obra cumpre na política cultural progressista contemporânea. Para isso, pedimos anuência dos leitores para tirar proveito de algumas

citações diretas do texto de Wright (2019), visando explicitar a manifestação da episteme burguesa em sua análise da sociedade capitalista e seu suposto anticapitalismo.

O debate central da obra, como já aponta seu título, gira em torno da possibilidade concreta de um projeto político “anticapitalista” hoje, patente naquilo que o autor denomina de *socialismo democrático* ou *democracia econômica*. Como um sociólogo estadunidense, reconhecido internacionalmente por diversos pares acadêmicos<sup>8</sup>, não há o que se queixar de sua análise e da episteme (burguesa) que ela expressa, o problema aparece quando se espera de Wright alguma coerência mínima com a episteme (revolucionária) marxista.

A intelectualidade acadêmica busca “solucionar” esse antagonismo com uma miscelânea ideológica (ecletismo), sortindo ideologias burguesas com elementos isolados, deformados (ideologizados) do marxismo e, muitas vezes, apenas com fraseologias supostamente marxistas. Esse sempre foi o fundamento do pseudomarxismo e o acadêmico não é distinto. Por essa razão Wright é conhecido no interior do bloco progressista (internacional e nacional) como um dos maiores sociólogos marxistas contemporâneos (BURAWOY, 2019; BRAGA, 2021).

Contudo, não é possível mesclar epistemes antagônicas sem correr o risco de, nessa mescla, se perder os signos e os significados de uma delas, que, nesse caso, trata-se da episteme marxista e de toda sua expressividade revolucionária. Não à toa, o “marxismo acadêmico” sempre foi um “marxismo desdentado” que, se morde, algo pouco provável, não arranca pedaços. Enfim, não existe uma sociologia marxista, pois se é sociologia (ciência/ideologia), logo não é marxismo (teoria revolucionária) e, se é marxismo, não pode ser nenhuma sociologia, pois, a Sociologia é, por excelência, conservadora e, portanto, antimarxista.

A ciência sociológica é uma manifestação da luta cultural burguesa no bojo das lutas de classes fundamentais antagônicas, por isso necessita sistematizar sua episteme, desenvolver um conjunto de ideologias sociológicas naturalizadoras e legitimadoras do conjunto das relações sociais capitalistas, vendidas no “mercado das ideias” como as legítimas explicações sociais, pois, científica, o que significa ser ambicionada pela objetividade e neutralidade axiológica, lhe permitindo constituir um conhecimento

---

<sup>8</sup> Algumas poucas referências comprovam seu renome e reconhecimento na esfera sociológica internacional: Michael Burawoy/Universidade da Califórnia-EUA, Ruy Braga/USP-BR, Peschanski/doutor em Sociologia, orientado por Wright/Universidade de Wisconsin-Madison-EUA, Elísio Estanque e Daniel N. Costa/Universidade de Coimbra –PT etc.

sistemático, metódico e empírico, o que significa manter a análise no mundo das aparências (empírico), referenciado em um conjunto de ideologias (sistemático) geradora de diversos métodos (metódico), tais como positivismo, funcionalismo, positivismo subjetivista, estruturalismo, neoestruturalismo, subjetivismo etc. (VIANA, 2016).

A afirmação dessa episteme burguesa (Sociologia) carregava consigo a urgência da negação e ofuscação da episteme marxista, essa ameaça real à sociedade capitalista civilizada e solidária, apresentada como uma sociedade de amigos (DURKHEIM, 1999). Essa necessidade foi a determinação fundamental da emergência dessa nova ciência, pois o marxismo vinha se fundamentando como uma crítica desapiedada da episteme burguesa, da espadacharia mercenária que envolve a intelectualidade, do seu papel na dominação social, bem como apresentando a perspectiva do proletariado como condição para uma consciência correta das relações sociais capitalistas.

A Sociologia promove essa luta cultural antimarxista de diversas formas, porém, sua forma principal consiste em trazer a episteme marxista, para dentro da Sociologia, esse grande “pano quente institucional” da luta cultural burguesa, tratando Karl Marx como um clássico dessa ciência. Isso gera diversos convenientes para essa ideologia, pois assim se ofusca a revolução epistêmica gerada pelo marxismo e seu antagonismo com a ciência, pois esse passa a se encontrar agora no mesmo nível dos ideólogos conservadores clássicos da ciência sociológica: Durkheim e Weber (SIDICARO, 2023).

Tratado com a “mesma importância sociológica”, conquanto que para isso a Sociologia transforme o marxismo em uma “colcha de retalhos”, visto que como “sociólogo clássico”, Marx é apresentado como cientista (objetivo e neutro), o que exclui seu aspecto político da análise (as classes sociais concretas, a luta de classes, a revolução proletária, a consciência revolucionária, a crítica desapiedada etc.) que deve ser recusado, propagandeando, no seu lugar, uma “plantação de espantalhos que se passam por verdadeiros agricultores”, mas que nunca araram e muito menos lançaram uma semente revolucionária nesse solo cultural. De crítico da ideologia (ciência), Marx é transformado em outro ideólogo (sociólogo), fazendo, assim, com que desapareça dessa episteme sua especificidade, antagonismo e radicalidade (ELSTER, 1989; HOLLOWAY, 2003; BURAWOY, 2010; HARVEY, 2004; LÖWY, 2014)<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Esses são apenas alguns nomes, já que a lista (nacional e internacional) é imensa, pois a busca por um “pseudomarxismo para chamar de seu” é permanente entre os intelectuais acadêmicos vinculados ao bloco progressista, pois a cada geração e a cada novo interesse nas esferas sociais capitalistas, um “novo” pseudomarxismo emerge.

O propósito da obra *Como ser anticapitalista no século XXI?* (2019), segundo o próprio autor, é o de elucidar a possibilidade de um “outro mundo possível” capaz de garantir melhorias substanciais no “desenvolvimento da maioria”, e que a possibilidade desse novo mundo já está sendo criada no mundo atual: “o anticapitalismo é possível não apenas como *postura moral perante os males e as injustiças* do mundo em que vivemos, mas como uma *postura prática* em direção à construção de uma alternativa em prol do *desenvolvimento da humanidade*” (WRIGHT, 2019, p. 25-26). Importa salientar que o significado do anticapitalismo de Wright é correspondente à compreensão que esse apresenta sobre o que é o capitalismo (sociedade capitalista), logo, devemos perguntar: o que é a sociedade capitalista para o “sociólogo marxista” Eric Olin Wright?

Nessa obra (2019), mas também em outras análises (2012), Wright assevera que o “capitalismo pode ser entendido como uma *estrutura econômica* na qual a alocação e o uso dos recursos na economia são exercidos pelo poder econômico. Investimentos na produção e o seu subsequente controle são resultado do exercício do poder econômico feito pelos donos do capital” (2019, p. 98 – meus grifos) ou o capitalismo como “um *sistema econômico* que se fundamenta na apropriação privada dos meios de produção e no *controle da atividade econômica pelo poder econômico* (2012, p. 01 – grifos nossos).

Tais definições, esclarece Wright (2019), “são aquilo que os sociólogos chamam de ‘tipos ideais’”:

economias são na verdade *ecossistemas* complexos que variam de acordo com a forma pelas quais essas diferentes relações se misturam e interagem entre elas. Chamar uma economia de “capitalista” é, portanto, uma simplificação de algo que poderia ser chamado também de “um ecossistema que combina relações de poder capitalista, estatista e socialista, no qual as relações capitalistas são dominantes. E, da mesma forma, uma economia é considerada estatista quando o poder estatal (capitalismo de estado) é dominante sobre o poder econômico e sobre o poder social. E, por fim, é claro, uma economia é socialista quando o poder social é dominante sobre o poder estatal e sobre o poder econômico “(WRIGHT, 2019, p. 98- grifos e parênteses nossos).

Eric Olin Wright, assim como muitos pseudomarxistas, confunde o marxismo com a social-democracia e sua ala radicalizada (o leninismo), bem como confunde a revolução proletária com a contrarrevolução burocrática, apresentando-os como compreensões de uma suposta tradição marxista revolucionária<sup>10</sup>, o que o leva a considerar a experiência contrarrevolucionária russa, assim como outras experiências do

---

<sup>10</sup> Para Wright (2019), o leninismo e seus derivados não são apenas parte da teoria revolucionária anticapitalista, mas são sua forma mais desenvolvida: “A teoria revolucionária anticapitalista, formada inicialmente por Marx e ampliada por Lenin, Gramsci e outros [...]” (2019, p. 63).

capitalismo estatal (China, Cuba etc.), como se fossem experiências comunistas, porém fracassadas:

o marxismo revolucionário infundiu esperança e otimismo nas lutas, pois provia não apenas um potente antídoto contra o estado atual das coisas, como também apresentava um cenário plausível de como seria possível construir uma alternativa emancipatória. Isso dava coragem às pessoas, sustentando-lhes a crença de que elas estavam do lado certo da história e que o enorme grau de comprometimento e sacrifícios que faziam, na luta contra o capitalismo, tinha chances reais de sucesso. E, por vezes, ainda que raramente, tais lutas culminaram em tomadas revolucionárias do poder. O resultado dessas revoluções, porém, não foi a criação de uma *alternativa emancipatória, igualitária e democrática ao capitalismo* [...] o fato é que as tragédias das revoluções no século XX mostra que a ruptura sistêmica não é uma estratégia válida para a emancipação social (WRIGHT, 2019, p. 64-65-66 – meus grifos).

A partir dessa constatação, Wright aponta para a necessidade da criação de uma estratégia sem rupturas com o “sistema”, mas que seja garantidora da transformação do capitalismo em um “sistema emancipatório prático”: o *socialismo democrático*. Para isso, apresenta uma concepção de anticapitalismo, fundada em elaborações metafísicas inventadas e fantasiadas, tal como os pré-marxistas *reformadores do mundo* (MARX e ENGELS, 1987), que se apresenta na forma de 04 “lógicas estratégicas” combinadas: a) dismantelar o capitalismo; b) domesticar o capitalismo; c) resistir ao capitalismo e d) fugir do capitalismo (WRIGHT, 2019).

Descartada a possibilidade de uma transformação social através de uma suposta “ruptura sistêmica”, reduzida à tomada do poder estatal, restou à pouca criatividade fantasiosa de Wright reproduzir a ideologia social-democrata, mas agora reinterpretada e mesclada às ideologias burguesas hegemônicas (pós-estruturalistas, neoliberais etc.) do paradigma subjetivista. O dismantelamento do capitalismo viria com reformas estatais graduais, contudo o Estado também se apresenta em Wright como uma entidade metafísica e não como uma associação burguesa gerida pela burocracia estatal:

uma transição rumo ao *socialismo democrático* poderia ser obtida por meio de *reformas vindas do Estado* que, por sua vez, aumentariam a quantidade de elementos socialistas – ainda que de cima para baixo. Isso implicava um longo período em que relações capitalistas e socialistas coexistiriam em uma economia mista: haveria bancos privados e estatais; empresas privadas lado a lado com empresas do Estado, principalmente em setores como transportes, luz, água, saúde e até mesmo alguns ramos da indústria pesada; haveria um mercado de trabalho capitalista, sim, mas o Estado também empregaria as pessoas; o planejamento econômico estatal ocorreria junto com o planejamento econômico da iniciativa privada. E nesse cenário seria impensável uma ruptura na qual um sistema simplesmente substituiria o outro. Em vez disso, haveria um gradual *desmonte do capitalismo*, com uma alternativa sendo construída diretamente pela *ação sustentável do Estado* (WRIGHT, 2019, p. 67 – meus grifos).

Ressaltamos que essas “lógicas estratégicas” se apresentam, ao longo da obra (2019), sempre no plano ideal e metafísico, como a “ideia de ruptura revolucionária”, a “ideia de resistir ao capitalismo”, a “ideia de destruir o capitalismo” etc. Isto posto, a “ideia de domesticar o capitalismo” é apresentada como resultados possíveis do gradualismo reformista estatal progressista e sua nova forma regulatória, pois

o capitalismo pode ser sujeito a uma *regulação significativa* e uma *profunda política redistributiva* para contra-atacar os prejuízos causados por ele sem, com isso, prejudicar os lucros necessários para que continue funcionando. E para conseguir vencer essa luta, é preciso *mobilização popular e vontade política*; não dá para confiar na benevolência das *elites esclarecidas*. Mas quando as circunstâncias forem propícias, aí será possível vencer as muitas batalhas pela frente e impor as restrições necessárias para construir uma *forma mais benigna de capitalismo*. O resultado será um conjunto de novas regras capazes de *domar o sistema* [...] As reformas anticapitalistas são, invariavelmente, reformas que introduzem *valores e princípios igualitários, democráticos e solidários dentro do capitalismo*, de um jeito ou de outro. Tais reformas podem até ajudar a estabilizar o sistema – e de fato, em parte é exatamente isso que fazem -, mas seu objetivo é fazer o *sistema funcionar de uma forma menos capitalista* [...] a ideia de domesticar o capitalismo por meio de regras que neutralizam seus piores efeitos ainda é uma expressão viável de anticapitalismo. Os obstáculos políticos para um revigoramento de uma agenda social-democrática progressista podem ser muitos, o que não significa que a natureza do capitalismo tenha tornado impossível que o Estado aja para mitigar seus malefícios (WRIGHT, 2019, p. 69-70-71-74).

Combinado com essas ideias, Wright sustenta que deve ocorrer uma resistência ao capitalismo entendida como a “ação de influenciar o Estado ou resistir à ação estatal, mas não exercer o poder por meio do Estado. A *ideia de resistir ao capitalismo* procura gerar algum alívio diante dos *males do sistema*, [...] busca afetar o comportamento dos capitalistas e das *elites políticas* por meio dos protestos e outras formas de resistência por fora do Estado” (WRIGHT, 2019, p. 75).

Uma tese defendida explicitamente por Wright confirma sua perspectiva reformista e progressista, bem como revela um dos principais elementos constituidores dos paradigmas da episteme burguesa, manifesto em sua obra: a recusa da história. Incrivelmente, sua tese “anticapitalista” mais afirma o capitalismo que o nega e, dessa forma, exclui do horizonte perceptivo a possibilidade de uma transformação social concreta, através de um processo revolucionário que destrua a sociedade capitalista e instale uma sociedade verdadeiramente humana, ou seja, recusa o antagonismo de classe, a radicalidade política, a totalidade social e a história, o que revela uma recusa concreta da possibilidade de transformação/superação da sociedade capitalista, pois para ele é mais viável a esdrúxula “ideia de fugir do sistema”:

o capitalismo é um *sistema muito poderoso para ser destruído*. Domá-lo de verdade, que dirá desmontá-lo, exigiria um grau de ação coletiva sustentável que é irrealista e, mesmo que se consiga chegar a esse nível, o sistema é grande

e complexo demais, sendo impossível controlá-lo efetivamente. A força do capitalismo está na dificuldade de movê-lo e, para piorar, ele sempre vai cooptar a oposição e defender seus privilégios. *Você não pode lutar contra o poder [...] o que nos resta é buscar o isolamento, fugir dos efeitos mais danosos do capitalismo* e, talvez, conseguir juntar-se com outros em algum tipo de abrigo. Pode ser que não possamos mudar o mundo todo, mas podemos nos afastar o máximo possível da intrincada teia da dominação capitalista, criando nossa própria *microalternativa* na qual poderemos ter uma vida plena [...] fugir o máximo possível das pressões oriundas de um mercado capitalista [...] comunidades internacionais inteiras *podem ser* motivadas pelo desejo de fugir das pressões do capitalismo e às vezes elas também podem servir de *modelo para formas de vida mais igualitárias, mas coletivas, mais democráticas* (WRIGHT, 2019, p. 76-77-78 – meus grifos).

Na análise de Wright, assim como em todas as análises ideológicas, o processo de exclusão de fenômenos sociais reais (modo de produção, valorização/exploração capitalista, antagonismo, luta de classes, revolução proletária etc.) sempre vem acompanhado do processo de inclusão de outros fenômenos ilusórios (distribuição de renda, democracia plena, cooperativismo, voluntarismo etc.) E, como afirmamos anteriormente, nossa tese sustenta que, para alguns intelectuais conservadores progressistas, a única possibilidade de “inovar” na análise sobre a transformação social, sobre a estratégia anticapitalista na contemporaneidade, é recusando e ocultando a episteme marxista, ou “apresentando-a” deformada através de suas caricaturas grotescas (social-democracia, bolchevismo etc.), mesmo quando esses se auto intitulam<sup>11</sup>, ou são intitulados pelos seus pares progressistas, como um dos “mais importantes sociólogos marxistas” e intelectual revolucionário da contemporaneidade.

No lugar do comunismo, tal como esse é compreendido pelo marxismo, quer dizer, como produto da autolibertação do proletariado que aboli, através da luta, a propriedade privada, o Estado capitalista, as classes sociais etc., instaurando uma autogestão generalizada na sociedade (MARQUES, 2022), Wright acomoda o que ele denomina de *socialismo democrático* ou *democracia econômica*:

o socialismo é uma *estrutura econômica* na qual a alocação e o uso de recursos, para os mais diferentes propósitos, ocorrem por meio do *poder social*. No socialismo, todo processo que envolve investimento e produção é controlado por meio de *instituições que permitem* que as pessoas comuns decidam coletivamente o que fazer. Isso *fundamentalmente significa que o socialismo é equivalente à democracia econômica* [...] uma economia é socialista quando o poder social é dominante sobre o poder estatal e sobre o poder econômico [...] uma economia de mercado que esteja subordinada efetivamente ao *exercício do poder democrático* (WRIGHT, 2019, p. 98-99- meus grifos).

---

<sup>11</sup> De acordo com a episteme marxista, o indivíduo não deve ser julgado pela ideia que esse ou seus pares possuem de si mesmo. É necessário submetê-lo ao crivo da crítica desapiedada do existente, quer dizer, de sua análise pública sobre o capitalismo e o anticapitalismo.

Por fim, já possuímos diversos elementos para concluir nossa análise sobre a concepção de anticapitalismo manifesta nos trabalhos de Eric Olin Wright e perceber a força da episteme burguesa nela (2012, 2019). Essa episteme é subjacente, o que significa que ela não é completamente consciente, somente em alguns casos o intelectual a manifesta de maneira consciente. No geral, trata-se de um processo mental imperceptível e que, tende a se naturalizar, já que está presente cotidianamente na vida capitalista das pessoas, é reforçada pela mentalidade burguesa e se generaliza na sociedade, conquistando até mesmo os intelectuais supostamente críticos e radicais.

Assim, a própria episteme burguesa é imperceptível a partir da perspectiva intelectual burguesa, exigindo, para torna-la explícita, a emergência de outra episteme que lhe seja antagônica e interessada na sua revelação. Esse é o caso da episteme marxista. Portanto, necessitaremos partir dessa episteme para desvendar a presença da episteme burguesa em Eric Olin Wright, pois, se algum dia ele manifestou a episteme marxista em sua análise social, algo improvável, já há muito esse não é o caso, pelo contrário, o que as obras analisadas (2012 e 2019) nesse trabalho revelam é que não há praticamente nada de marxista em suas análises. Nem o método dialético de analisar a realidade concreta, nem tampouco a teoria marxista, nem seus principais conceitos, nem nada.

Prova disso se mostra na sua concepção de capitalismo. Esse não se apresenta como uma totalidade resultante de uma multiplicidade de determinações sociais, fundamentadas em um modo particular e histórico de produzir mercadorias; que nada mais expressa do que uma extração de mais-valor, isto é, resulta da relação social (exploração) imposta pela burguesia ao proletariado no capitalismo. Totalidade essa que se forma a partir de um conjunto intrigado de relações sociais reveladoras da dinâmica (da luta de classes) do modo de produção capitalista e suas diversas formas de regularização sociais (política, econômica, financeira, cultural etc.), tal como assevera a teoria marxista (MARX, 1985, 1985a; BRAGA, 2016; VIANA, 2017; MAIA, 2021).

Diversamente, a episteme manifesta nas obras do autor é constituída pelos mesmos campos (mentais, axiomáticos, linguísticos, analíticos e perceptivos) da episteme burguesa. Seu campo analítico do capitalismo e do suposto anticapitalismo é generalista e reducionista ao mesmo tempo, pois nele o capitalismo se reduz a uma “estrutura ou sistema econômico” controlada pelo “poder econômico” (abstração metafísica) e o anticapitalismo se reduz a uma generalizada “postura moral perante os males e injustiças do mundo” e uma “postura prática” que, ao fim e ao cabo, se reduz a apoiar e votar nos partidos (de esquerda) que compõe o bloco progressista estadunidense e, quando muito,

mobilizar para pressionar e fazer algum tipo de oposição (oposicionismo e não antagonismo, vale lembrar) a determinadas políticas estatais etc.

Sua concepção reducionista de capitalismo facilita sua inovação “anticapitalista”, visto que reduzir o capitalismo a uma “economia” e essa a um “ecossistema complexo”, variável a partir da correlação de força política no interior do aparato estatal que, tanto pode fazer dominar o “poder econômico”, quanto o “poder estatal” ou o “poder social”, permite pensar (abstratamente) que lutando por uma maior correlação de forças no interior do Estado é possível domar o capitalismo.

E para legitimar sua concepção científicista (ideológica), Wright recorre ao campo linguístico e analítico do paradigma positivista subjetivista (weberiano), seu “método compreensivo” e seu constructo (falso conceito) de “tipo ideal”. Dessa forma, Wright reduz e facilita sua compreensão burguesa e bonachona de anticapitalismo, ou seja, um reformismo estatal capaz de *tornar o capitalismo um tipo ideal menos puro*, modificando, tão somente, sua forma regulatória ou criando novas regras institucionais “anticapitalistas”.

O campo linguístico (estrutura, sistema, reprodução do sistema), manifesto nas análises de Wright, deriva do paradigma reprodutivista<sup>12</sup> (funcionalismo, estruturalismo, ideologia dos sistemas), uma das formas históricas assumidas pela episteme burguesa

---

<sup>12</sup> O paradigma reprodutivista é a forma de manifestação da episteme burguesa, adequada aos propósitos do regime de acumulação conjugado (1946-1970), consistindo-se em sua própria legitimação histórica. O capitalismo após a II Guerra Mundial (1945) apresentava diversas necessidades, dentre elas, uma se apresentava fundamental: a retomada da acumulação capitalista mundial. Contudo, sua concretização exigia a satisfação de diversas outras necessidades que demandavam uma forma estatal assaz intervencionista. O forte intervencionismo estatal presente em experiências pretéritas (Rússia/1917, Itália/1925, EUA/1930, Alemanha/1934) e sua eficácia na retomada capitalista será aproveitado pela burguesia internacional, a partir de 1946, mas agora sistematizado a partir das necessidades do (novo) regime de acumulação conjugado. As relações de exploração do trabalho fordistas se tornam hegemônicas, com utilização de alto desenvolvimento tecnológico responsável por uma produção em massa, que exige um consumo em massa e um estado fortemente interventor capaz de garantir a retomada da acumulação de capital e sua regularização/reprodução social. O fundamenta era a garantia da reprodução em massa da acumulação capitalista nesse contexto e em escala mundial, exigindo também, uma forma imperialista oligopolista transnacional. Acompanhando esse processo e consistindo em outra forma social desse regime de acumulação, ocorre uma política cultural capaz de legitimá-lo e, por conseguinte, reproduzi-lo. Trata-se da renovação hegemônica burguesa, a partir do (novo) paradigma reprodutivista. Essa nova hegemonia cultural se impõe, dando nova forma à episteme burguesa e seus elementos (anistorismo, reducionismo, antinomismo etc.) constituintes. Sua particularidade encontra-se na ideia da reprodução (social) que, nas ciências humanas se manifesta através de diversas ideologias: o neofuncionalismo (sistêmico), estruturalismo, ideologia dos sistemas, keynesianismo etc. A partir dessas ideologias se torna hegemônico nas ciências humanas a ideia da reprodução social e a primazia de termos como “estrutura”, “sistema”, “modelo”, “integração” etc. Com isso, “o paradigma reprodutivista foi um poderoso elemento de hegemonia que reinou no saber noosférico e invadiu as representações cotidianas, a produção artística etc., reforçando os processos sociais realizados por outras instâncias da sociedade capitalista no sentido de promover a reprodução e evitar revoluções sociais” (VIANA, 2019, p. 232).

(VIANA, 2019) e que também se manifesta em suas análises. Em sua miscelânea ideológica fica explícita a “ideia força” do paradigma reprodutivista em sua forma funcionalista e sua recusa da história e da transformação social concreta, pois seu reformismo estatal “anticapitalista” tem como objetivo, tão somente “tonar o capitalismo, menos capitalista”. Em Wright, inevitavelmente, o “caminho da revolução” passa pelo reformismo estatal.

Sua análise, igualmente, manifesta a episteme burguesa também através do seu campo axiomático, em sua subesfera sociológica, visto que se identifica, valoriza e recorre ao paradigma positivista subjetivista e suas ideologias científicas, tal como a weberiana e seus constructos (tipos ideais) e todo tipo de hibridismo eclético e estapafúrdio, típico de muitos sociólogos (pseudomarxistas) contemporâneos alinhados ao bloco progressista e que promovem um verdadeiro culto intelectual ao cientificismo (LÖWY, 2014, BRAGA, 2011; BURAWOY, 2010).

A mentalidade desse cientista social está amparada na “infraestrutura” (episteme) do pensamento burguês, expressando os valores fundamentais do autor (cientificismo/empiricismo, democracia representativa, institucionalismo, microreformismo etc.), que foram introjetados, a partir da sociabilidade dominante, no interior das instituições burguesas (academia, partidos políticos, sindicatos etc.), que ele experimentou por quase meia década, e a partir dos interesses das classes auxiliares da burguesia (intelectualidade, burocracia universitária etc.). Dessa forma, a sociabilidade capitalista atuou duplamente<sup>13</sup> sobre a manifestação axiológica de Wright: diretamente, através da força das relações sociais do academicismo e, indiretamente, através da mentalidade burguesa dominante.

Sua trajetória acadêmica foi marcada pela valorização da ciência (Sociologia), do empírico abstratificado, verificável, contabilizável (reducionismo, recusa da totalidade etc.), o que o levou à aproximação com a extravagância do pseudomarxismo analítico, seu “individualismo metodológico”, a ideologia da escolha racional, que pode ser percebida em sua análise classificatória (arbitrária) e abstratificada sobre as classes sociais (WRIGHT, 2015). Quer dizer, petulantemente acreditando que afastara o “marxismo” de todo tipo de “conversa fiada” (*bullshit*) leninista, Wright e outros pseudomarxistas (ROEMER, 1989; ELSTER, 1989) criaram e desenvolveram outro tipo de “conversa fiada” (*bullshit*), isto é, uma nova forma de pseudomarxismo acadêmico.

---

<sup>13</sup> Para uma teoria da episteme burguesa, o papel da mentalidade e da sociabilidade na sua constituição etc. cf. (VIANA, 2018 e 2019).

A arbitrariedade em afirmar, sem demonstrar na análise, que a economia é um *ecossistema complexo* que comporta diversas maneiras de suas formas se interagirem e, portanto, não há uma economia tão somente capitalista, mas sim que essa comporta outras possibilidades, tal como a de predominar formas em que o poder estatal (capitalismo estatal russo, por exemplo) ou social (socialismo democrático/democracia econômica) pode ser dominante em relação ao poder econômico, apenas revela outro campo da episteme burguesa, seu campo perceptivo.

Tanto seu campo linguístico, quanto o seu campo perceptivo é marcado pela inclusão e exclusão de determinados fenômenos sociais que possibilitam e, ao mesmo tempo, impossibilitam a percepção de determinadas realidades, pois, para reduzir o capitalismo à economia, um “ecossistema/estrutura econômica”, Wright (2012, 2019) precisou excluir do campo de percepção toda a contribuição intelectual de Karl Marx e dos marxistas (autênticos), tais como a percepção da exploração classista do trabalho, o que remeteria para uma discussão sobre a exploração do trabalho no capitalismo, ao processo de valorização/extração de mais-valor na contemporaneidade (toyotismo e similares), à compreensão marxista de que o capitalismo tem nesse processo de valorização seu fundamento, quer dizer a luta de classes entre burguesia e proletariado, e que, a partir daí, surge a luta proletária, a consciência revolucionária e suas experiências históricas, emergem diversas outras classes sociais (burocracia, lumpemproletariado, classe serviçal, intelectualidade etc.) envolvidas na luta de classes, surgem as formas de regularização das relações sociais (políticas, econômicas, jurídicas, ideológicas, culturais etc.) que compõe a totalidade social capitalista e determina sua dinâmica através das lutas de classes que as perpassam etc. Tudo isso é imperceptível em sua análise sobre o capitalismo e o “anticapitalismo”.

A análise sobre a concepção de anticapitalismo de Wright nos possibilita a percepção da força hegemônica que os paradigmas da episteme burguesa exercem na sociedade capitalista, visto que não poupa, nem mesmo, os intelectuais dito revolucionários, marxistas, de esquerda, progressistas etc.; do mesmo modo, nos permite perceber a forma singular na qual a força hegemônica desses paradigmas se manifestam no pensamento desse sociólogo, bem como os interesses sociais que se encontram por detrás deles, sua convergência cultural com o bloco progressista etc.

Como “infraestrutura” do pensamento, a episteme burguesa existe permanentemente no capitalismo, porém suas formas se alteram, pois correspondem com as alterações necessárias do modo de produção capitalista (regimes de acumulação), se

manifestando através de seus paradigmas: positivista, vanguardista, organicista, reprodutivista e subjetivista (VIANA, 2018, 2019). Tais formas se tornam hegemônicas no seu período de emergência e constituição enquanto forma histórica da episteme burguesa e elas podem, simultaneamente, influenciar a manifestação cultural da intelectualidade que, na maioria dos casos, tiram proveito, espontaneamente e de forma eclética, dos diversos paradigmas burgueses.

Esse é o caso do sociólogo Eric O. Wright, que, de maneira eclética, reproduz elementos do paradigma positivista, reprodutivista e subjetivista em suas análises sobre o anticapitalismo, não conseguindo escapar dessa imensa teia ideológica representada pela episteme burguesa em sua subesfera sociológica.

Sua reformulação ideológica, a partir do pseudomarxismo analítico, não representou uma completa ruptura com as ideologias reprodutivistas (funcionalismo e estruturalismo) e seus constructos (estrutura, sistema, modelo etc.) que ele lançava mão anteriormente. Pelo contrário, a partir daí suas análises se constituíram mesclando ecleticamente elementos de diversos paradigmas distintos, e até mesmo, epistemes antagônicas. Miseravelmente, essa tem se tornado uma prática muito comum entre variados cientistas sociais e filósofos pseudomarxistas contemporâneos<sup>14</sup> (LÖWY, 2014; BURAWOY, 2010; HOLLOWAY, 2003).

Tal como todo produto capitalista no supermercado, o socialismo democrático de Wright vem acompanhado de recomendações (inventários) e receitas falaciosas de como melhor prepara-lo, para melhor usufrui-lo. O problema é que sua suposta inovação no campo da estratégia “anticapitalista” é falaciosa, pois não oferta nenhuma inovação e, muito menos, uma inovação estratégica. Consiste-se, na verdade, do velho receituário social-democrata<sup>15</sup>, mas agora ao sabor dos interesses do bloco progressista estadunidense, do discurso neoliberal neopopulista e seu tempero *fast food* insosso, típico do paradigma subjetivista hegemônico na contemporaneidade.

---

<sup>14</sup> Nos departamentos de Sociologia, tal ecletismo pluralista insensato, comumente, é visto e lisonjeado como uma forma democrática de “colocar os autores para dialogarem”, o que revela também os valores de muitos cientistas sociais alinhados ao bloco progressista contemporâneo, tal como o de valorizar o pluralismo burguês, de valorizar essa vaca sagrada chamada democracia, que nada mais é, também, do que uma das formas de regularização social, quer dizer, um regime político da sociedade capitalista, a serviço do capital etc.

<sup>15</sup> Tal como afirma outro ideólogo social-democrata renomado na academia “a democracia representativa tornou-se para os social-democratas simultaneamente o meio e o fim, o veículo para o socialismo e a forma política da futura sociedade socialista, simultaneamente a estratégia e o programa” (PRZEWORSKI, 1988, p. 50).

Esse receituário, como veremos, converge com os interesses fundamentais do bloco progressista na atualidade, que é vencer eleições e tornar regular o capitalismo neoliberal, ideologicamente camuflado de socialismo democrático:

em termos práticos, isso nem sempre é fácil, é claro, especialmente porque os tipos de organizações necessários para diferentes estratégias anticapitalistas são, afinal de contas, diferentes entre si. Mas eles não podem jamais ser vistos como intrinsecamente *antagônicos*. O maior quebra-cabeça desse tipo de argumentação focado em estratégias para erodir o capitalismo diz respeito à criação de *atores coletivos* mais fortes e capazes de agir politicamente para desafiar e *mudar as regras do jogo* do capitalismo rumo a uma *direção progressista*. Tradicionalmente esse tem sido o trabalho dos *partidos políticos*. Outros tipos de organizações e associações podem ter um papel relevante na construção de ações políticas diretas em prol de mudanças sociais progressistas: organizações de lobistas, grupos de interesses, sindicatos, associações comunitárias, movimentos sociais e muitos outros [...] mas para esses *diversos tipos de atores coletivos* ligados à sociedade civil terem eficácia suficiente para poder *mudar as regras ditadas pelo Estado*, eles precisam estar *conectados*, de alguma maneira, com partidos políticos capazes de agir por dentro do próprio Estado. Em última instância, a estratégia de *erosão do capitalismo* depende da existência de uma *rede de atores coletivos* ancorados na sociedade civil e de *partidos políticos* comprometidos com esse processo político (WRIGHT, 2019, p. 155-156- meus grifos).

Enfim, a análise de Wright chega ao momento de identificar o agente anticapitalista contemporâneo, quer dizer, seus *atores coletivos*. Sem margem para dúvida, sua análise é amplamente influenciada pela contrarrevolução cultural preventiva contemporânea que, após a experiência pré-revolucionária do Maio de 1968 na Europa, teve como propósito político-cultural burguês desacreditar a perspectiva revolucionária do proletariado, expressa através da episteme marxista.

Para isso a contrarrevolução cultural preventiva precisou excluir do campo perceptivo as classes sociais, o proletariado revolucionário, o marxismo etc., visto que esse exerceu forte influência no processo pré-revolucionário, e o fez, fundamentalmente, através do novo paradigma hegemônico subjetivista e suas ideologias pós-estruturalistas.

A partir da destotalização e da despolitização emerge, no lugar das classes sociais e do proletariado, o sujeito plural (VIANA, 2019) que, em Wright, aparece como os “atores coletivos”, as “identidades”, no lugar da transformação social, o reformismo conservador progressista. Nesse sentido, a estratégia fica clara, pois sua tentativa de inovar no campo estratégico socialista passa por recusar o marxismo, confundido com leninismo, e o capitalismo estatal (russo, chinês, cubano etc.), confundido com o comunismo (autogestão social).

Assim, Wright propagandeia seu socialismo democrático que, no final das contas, nada mais é do que uma propaganda cultural do bloco progressista estadunidense e mundial que, impossibilitado de gerir o estado capitalista contemporâneo de outra forma,

que não seja a forma neoliberal, precisa criar “maquiagens ideológicas” (cooperativismo, economia solidária, empreendedorismo etc.) que ofusquem a percepção de suas políticas microreformistas neoliberais, tal como as desenhadas pelo Banco Mundial para a América Latina, ou seja, a distribuição raquítica de renda (renda básica cidadã) para os setores mais empobrecidos da classe operária, serviçal e do lumpemproletariado (SANTOS, 2014).

### Considerações finais

Os blocos sociais são as formas sociais nas quais uma constelação de forças sociais assumem em determinados contextos, expressando os interesses das classes sociais, porém gravitando em torno dos interesses das classes fundamentais (burguesia e proletariado) da sociedade capitalista, mas, não se tratando efetivamente das classes sociais e sim suas formas mais conscientes, organizadas e capazes de estabelecerem estratégias, programas, ideologias etc. que convergem com seus próprios interesses (VIANA, 2015).

Importa demonstrar o vínculo de Wright com um dos blocos sociais existentes e a convergência entre sua ideologia e os interesses desse bloco na contemporaneidade. Trata-se do bloco progressista estadunidense. O bloco progressista tem na burocracia, que aglutina suas frações partidária, sindical, universitária, e na intelectualidade suas principais classes sociais, cujo propósito fundamental é mediar a luta de classes entre burguesia e proletariado. Para isso seu projeto precisa aparecer plausível, não representando mais do que um capitalismo reformado.

Esse é o papel que a análise de Wright cumpre, visto que, ao fazer desacreditar a possibilidade de uma sociedade verdadeiramente nova e humana, fundada na autogestão social, o sociólogo estadunidense implicitamente oferta como “alternativa” o apoio eleitoral e partidário ao Partido Democrata estadunidense, através de sua ala progressista, representada e endossada, especialmente, pela organização política *Socialistas Democráticos da América*<sup>16</sup>, cujo propósito essencial é, tão somente, chegar ao poder do Estado nos EUA e promover microreformas sociais neoliberais.

---

<sup>16</sup> De acordo com a própria organização política *Socialistas Democráticos da América* (Democratic Socialists of America – DAS) seu propósito fundamental é lutar por “uma democracia que crie espaço para que todos nós floresçamos e não apenas sobrevivamos e responda às questões fundamentais das nossas vidas com a contribuição de todos. Queremos ser proprietários coletivos dos principais motores econômicos que dominam as nossas vidas, como a produção de energia e os transportes. Queremos a classe trabalhadora multirracial unida na solidariedade em vez de dividida pelo medo. Queremos ganhar reformas ‘radicais’”. Cf. <https://www.dsausa.org/>

Portanto, para conseguir disputar votos e eleições nos EUA, o discurso do bloco progressista estadunidense precisa convergir com o paradigma subjetivista hegemônico, ao mesmo tempo que precisa fazer desacreditar a revolução proletária, precisa recusar o antagonismo, recusar a radicalidade e ofertar meios pacíficos e civilizados de manifestar-se politicamente. Esse é o papel da luta cultural progressista estadunidense, que tem, na análise de Wright, uma ideologia convergente com os propósitos eleitorais do bloco progressista, pois se apresenta aparentemente plausível e não afasta os eleitores com nenhum radicalismo político (abolição do capital, do estado, das classes sociais, comunismo etc.).

### Referências

BRAGA, Ruy. *O pêndulo de Marx: sociologias públicas e engajamento social*. Utopías e Praxis Latinoamericana. Ano 16, número 52, jan.-mar. 2011.

BRAGA, Ruy. *Da ciência à utopia*. Revista Jacobin. 22/03/2021. Em: <https://jacobin.com.br/2021/03/da-ciencia-a-utopia/> Acessado no dia 07/12/2023.

BRAGA, Lisandro. *Breve introdução à teoria das classes sociais e do Estado*. Revista Enfrentamento. Volume 11, número 19, ano 2016.

BRAGA, Lisandro. *Neoliberalismo discricionário e discurso do bloco dominante no Brasil (2015-2018)*. Revista E-Latina. Volume 18, número 72, 2020.

BURAWOY, Michael. *O marxismo encontra Bourdieu*. Campinas, SP: UNICAMP, 2010.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão social do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

ELSTER, Jon. *Marx hoje*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ELSTER, Jon. *Reflexiones sobre marxismo, funcionalismo y teoría de los juegos*. Em: ROEMER, John. *El marxismo: una perspectiva analítica*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1989.

ENGELS, Friedrich. *A dialética da natureza*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOLDMANN, Lucien. *Ciências Humanas e Filosofia - o que é a sociologia?* São Paulo: Diefel, 191986.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: ViraMundo, 2003.

KAUTSKY, Karl. *As três fontes do marxismo*. São Paulo: Global, 1985.

KORSCH, Karl. *Marxismo e filosofia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

- LENIN, Vladimir. *Que fazer?* São Paulo: Hucitec, 1978.
- LENIN, Vladimir. *As três fontes e as três partes constituintes do marxismo*. São Paulo: global, 1980.
- LÖWY, Michael. *A jaula de aço – Max Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MAIA, Lucas. *Leitura epistêmica de O capital*. Goiânia: Enfrentamento, 2021.
- MARQUES, Carlos Henrique. *O que é comunismo?* Goiânia: Edições Enfrentamento, 2022.
- MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo: Global, 1986.
- MARX, Karl. *O manifesto dos três de Zurique*. Revista *Marxismo e Autogestão*. Volume 01, número 02, 2014.
- MARX, Karl. *O capital*. Volume 01. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl. *O capital*. Volume 02. São Paulo: Nova Cultural, 1985a.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Editora Centauro, 1984.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O manifesto do partido comunista*. São Paulo: Global, 1987.
- MATHIAS, E. *Kautsky e o kautskismo – a função da ideologia na social-democracia alemã até a primeira guerra mundial*. Em: MATTICK, P. et al. *Karl Kautsky e o marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livro, 1998
- MATTICK, P. *Karl Kautsky. De Marx e Hitler*. Em: MATTICK, P. et al. *Karl Kautsky e o marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livro, 1988.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: UNB, 1982.
- NEOCLEOUS, Mark. *La fabricación del orden social – una teoría crítica sobre el poder de policía*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.
- POGREBINSCHI, Thamy. *O enigma do político – Marx contra a política moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- PRZEWORSKI, Adam. *A social-democracia como fenômeno histórico*. Revista *Lua Nova*. Volume 04, número 15, outubro de 1988.

ROEMER, John. *Marxismo de “elección racional”*: algunas cuestiones de método y contenido. Em: ROEMER, John. *El marxismo: una perspectiva analítica*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1989.

SANTOS, Cleito. *A economia solidária como ideologia da pseudoesquerda eleitoral*. Revista Enfrentamento. Ano 9, número 16, jul.-ago. 2014.

SIDICARO, Ricardo. *Las sociologías de Marx, Durkheim y Weber – como pensaron las crisis de su tiempo y por qué sus ideas siguen siendo actuales*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2023.

SUNKARA, Bhaskar. *O manifesto socialista – em defesa da política radical numa era de extrema desigualdade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

TRAGTENBERG, M. *A revolução russa*. São Paulo: UNESP, 2007.

VASCO, Edinei. *Movimentos sociais e ideologia do reconhecimento: uma crítica ao pensamento de Axel Honneth*. 2022. Tese (doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2022. 292 p.

VIANA, Nildo. *Introdução à Sociologia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

VIANA, Nildo. *O capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2009.

VIANA, Nildo. *Blocos sociais e luta de classes*. Revista Enfrentamento, volume 10, número 17, jan.-jul. 2015.

VIANA, Nildo. *Karl Marx – a crítica desapiedada do existente*. Curitiba: Prismas, 2017.

VIANA, Nildo. *O modo de pensar burguês – episteme burguesa e episteme marxista*. Curitiba: CRV, 2018.

VIANA, Nildo. *Hegemonia burguesa e renovações hegemônicas*. Curitiba: CRV, 2019.

VIANA, Nildo. *Classes superiores e classes inferiores*. Revista Espaço Livre. Volume 17, número 34, jul.-dez. 2022.

WEBER, Max. *Ensaio sobre a teoria das Ciências Sociais*. São Paulo: Centauro, 2003.

WRIGHT, Eric Olin. *Alternativas dentro e além do capitalismo: rumo a um socialismo social*. Revista Teoria e Pesquisa. Volume 21, número 01, jun. 2012.

WRIGHT, Eric Olin. *Análise de classes*. Revista Brasileira de Ciência Política. Número 17, maio-agosto de 2015.

WRIGHT, Eric Olin. *Como ser anticapitalista no século XXI?* São Paulo: Boitempo, 2019.

**Resumo:** Nesse artigo apresentaremos a concepção de anticapitalismo expressa na obra de Eric Olin Wright (2012 e 2019), buscando perceber a manifestação da episteme burguesa que a perpassa, as influências de diversos paradigmas (positivista, reprodutivista, subjetivista.), os interesses que suas ideias expressam e sua convergência cultural com os interesses do bloco progressista estadunidense na contemporaneidade, ademais de analisa-las criticamente, a partir de uma perspectiva teórico-política revolucionária: a episteme marxista.

**Palavras-chave:** episteme burguesa, episteme marxista, Sociologia, pseudomarxismo, revolução social.

**Resumen:** En este artículo presentaremos el concepto de anticapitalismo expresado en la obra de Eric Olin Wright (2012 y 2019), buscando comprender la manifestación de la episteme burguesa que lo permea, las influencias de diferentes paradigmas (positivista, reproductivista, subjetivista), los intereses que sus ideas expresan y su convergencia cultural con los intereses del bloque progresista estadounidense en la época contemporánea, además de analizarlos críticamente, desde una perspectiva teórico-política revolucionaria: la episteme marxista.

**Palabras-clave:** episteme burguesa, episteme marxista, Sociología, pseudomarxismo, revolución social.

**Abstract:** In this article we will present the concept of anti-capitalism expressed in the work of Eric Olin Wright (2012 and 2019), seeking to understand the manifestation of the bourgeois episteme that permeates it, the influences of different paradigms (positivist, reproductivist, subjectivist), the interests that his ideas express their cultural convergence with the interests of the American progressive bloc in contemporary times, in addition to analyzing them critically, from a revolutionary theoretical-political perspective: the Marxist episteme.

**Keywords:** bourgeois episteme, marxist episteme, Sociology, pseudo-marxism, social revolution.

\*Artigo recebido em: 13/10/2023 \* Artigo aceito em: 28/12/2023.